



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Direitos Humanos.

A RUA E SEUS INVISÍVEIS: DILEMAS QUE A CRISE ECONÔMICA AGRAVA E QUE A CIDADE FAZ QUESTÃO DE NÃO VER

Cibele Santiago Lopez¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as complexidades que envolvem a população em situação de rua, observando seu contexto histórico, como fenômeno inerente ao processo de produção da sociedade capitalista. Estuda o avanço da globalização e suas implicações no adensamento das desigualdades e desproteções socioeconômicas que atingem e invisibilizam diretamente a população em situação de rua.

Palavras-Chave: População em Situação de Rua, Globalização, Visibilidade.

Abstract: The objective of this article is to analyze the complexities that involve the homelessness population, observing its historical context, as a phenomenon inherent in the production process of capitalist society. It studies the progress of globalization and its implications for the densification of inequalities and lack of socioeconomic protection that directly affect and invisibilize the homelessness population.

Key words: Population in the street, Globalization, Visibility.

Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa teórica que norteará a construção do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Paulista de Serviço Social - FAPSS de São Caetano do Sul, cuja temática pretende estudar *Os invisíveis que a cidade faz questão de não ver: quando bons indicadores coexistem com o drama da população em situação de rua de São Caetano do Sul*.

Nos últimos anos o atendimento a essa população é um desafio a ser enfrentado devido ao seu aumento significativo. Segundo dados do IPEA² são mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas em todo o país. Portanto, se faz necessário um aprofundamento a respeito da complexidade que permeia essa questão, observando seu processo histórico até a contemporaneidade, analisando as complexidades desse fenômeno, possibilitando entender quais as causas que contribuem para o seu aumento.

O impacto da globalização no adensamento do fenômeno população em situação de rua é outro ponto a ser discutido. A relação contraditória embrenhada nesse processo

¹ Estudante de Graduação, Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, E-mail: beles.lopez@hotmail.com.

² Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303. Acesso em 30. Mai.2019 às 00:32

possibilitará compreender que seu acesso não acontece de forma globalizada, desagregando sujeitos e possibilitando o agravamento da população que vive em situação de rua.

Torna-se importante entender as complexidades que envolvem a população em situação de rua, o que se faz necessário visibilizar essa população, problematizando a temática e as diversas concepções que cercam debate, movimentando assim, a discussão política sobre a questão, com vistas a contribuir para as políticas públicas que contemplem essa população na perspectiva do direito.

O Surgimento histórico da População em Situação de Rua

Com a Industrialização começava o que alguns chamam de êxodo rural³, pois na verdade o que ocorreu foi a chegada do capitalismo no campo. Neste contexto, a terra deixa de ser improdutiva e a serviço do bem comum passa a ser cobiçada pela burguesia, impondo a ela a lógica da propriedade privada.

A terra passou a ser uma das formas de gerar riqueza e acumular capital, transformando-se em mercadoria, concedendo o seu acesso exclusivamente aos detentores de capital, nascendo então o capitalismo agrícola.

Com isso, a terra passa a ter um valor de uso e valor de troca, resultado da apropriação do capital, gerando assim, uma complexa relação de estranhamento e alienação entre o homem e a terra, dando início às relações conflituosas de dominação, de poder e exploração sociopolítica e econômica advinda da sociedade capitalista.

Com a Industrialização ocorreu o maior fluxo migratório que a humanidade já vivenciou. Os camponeses expulsos da zona rural, que migraram para os grandes centros urbanos, fizeram com que essas cidades, ainda em processo de transformação não conseguissem suprir as necessidades de toda essa população, começando assim aparecer os primeiros problemas causados pelo capitalismo. Este sistema pressupõe a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção; a formação desta superpopulação passou a ser um processo contínuo, de acordo com a necessidade de acumulação do capital, criando o exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em equilíbrio com as necessidades de expansão do capitalismo. Sendo assim, a maior expressão de domínio do capitalismo sobre o trabalhador.

³ É o termo pelo qual se designa a expulsão do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões marcadas pela exclusão e difíceis processos de sustentabilidades a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

[...] a apropriação da terra pelo capital sinaliza também o processo de adensamento da exploração do homem. Representa a mercantilização das relações sociais, na investida de uma estratégia duplamente combinada de apropriação privada do campo e formação compulsória de assalariados nas cidades (DINIZ,2012, p.29).

As promessas de emprego nos grandes centros não contemplaram todos os trabalhadores, em sua maioria sem emprego e, sem outra alternativa de sobrevivência, não tiveram outra saída a não ser viver nas ruas, surgindo então, o que na atualidade é conhecida como população em situação de rua.

Foi do processo de migração dos camponeses, que tinham como um dos objetivos ser contratados pelas grandes indústrias e ter uma nova forma de sustento, e da não contratação de todo esse segmento populacional que muitos tiveram que viver nas ruas das cidades, tendo muitas vezes que roubar e pedir esmolas para sobreviver. Foi assim que surgiu e cresceu o fenômeno da população em situação de rua (DANTAS,2012, p.39).

Em outras palavras, o fenômeno relatado neste artigo, não é uma questão recente, tão pouco se localiza isoladamente em apenas uma cidade.

Conseqüentemente, a reprodução do fenômeno população em situação de rua incorpora-se ao processo histórico de acumulação do capital, na produção contínua de superpopulação excedente a capacidade de absorção do capitalismo.

De acordo com Silva (2006, p.89), “a história do fenômeno populacional em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais na Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva”. Deste modo, uma vez que as indústrias não absorveram toda a mão de obra disponível, alguns, por serem excluídos, não tiveram outra alternativa a não ser viverem em situação de rua.

Mas isso não significa que toda pessoa em situação de rua vive assim somente pela falta de emprego. Há outros fatores envolvidos, como desilusão amorosa, falta de sociabilidade, busca de liberdade, uso de drogas, fuga de alguma situação imprevista, entre outros múltiplos fatores.

Para Ferreira e Machado (2007), há também pessoas em situação de rua que possuem algum tipo de doença e, por isso, tiveram alguma rejeição da sociedade e até mesmo da família. Além de doenças físicas como AIDS, Hanseníase e outras, há alguns que possuem sérios transtornos mentais, necessitando inclusive de urgente tratamento.

De acordo com Prates e Machado (2011), há uma concepção enganosa quando se menciona que a pessoa em situação de rua é um sujeito “da rua”, configurando um espaço condicionante de um espaço de tempo. Porém, a pessoa em situação de rua precisa de uma ação social definida e efetiva, como forma de conseguir alternativas para a reversão desse quadro.

Nessa perspectiva, percebe-se que muito se discute sobre o fenômeno “pessoa em situação de rua”, quem são e quais foram as causas que os levaram fazer da rua sua moradia, buscando entender o olhar da sociedade em relação a este grupo social, como lidam com a invisibilidade, o preconceito.

Segundo conceito adotado no Decreto de âmbito Federal do Ministério da Saúde nº 7.053, de 23 de dezembro do âmbito de 2009, a População em Situação de Rua, é um grupo heterogêneo que se concentra nas grandes cidades brasileiras e em regiões metropolitanas, tem na rua sua principal fonte de sustento, possuem em comum a pobreza, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que faz dos logradouros públicos e das áreas degradadas espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, podendo utilizar-se, ainda, de unidades de acolhimento para pernoite, de forma temporária ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Em sua obra “Trabalho e população em situação de rua no Brasil”, Silva (2006) relata que muitos são os fatores que levam as pessoas a escolher a rua como moradia,

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país é acompanhada pela quase inexistência de dados e informações científicas sobre ele e pela inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p. 95).

Pode-se apontar também que a pessoa em situação de rua é aquela que convive com múltiplas vulnerabilidades, como a socioeconômica, a civil, com fragilidades de convivência, acesso à proteção social e quaisquer outras situações que se refletem na vida de muitos sujeitos, quando deles são subtraídos os direitos garantidos em nossa Carta Magna de 1988. A vulnerabilidade socioeconômica que marginaliza a população em situação de rua, em sua maioria vivendo do subemprego, na informalidade, com ganhos insuficientes para satisfazer as necessidades básicas de um cidadão.

Neste sentido, os sujeitos são colocados a toda sorte de relações desiguais, espoliado do processo de proteção social, ou seja, encontram-se em situação de vulnerabilidades econômica e civis.

[...] à vulnerabilidade socioeconômica e civil. Refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania (KOWARICK, 2009, p. 19).

São essas algumas das determinações e contradições perversas que alimentam e fortalecem o modo capitalista de produção. Sistema excludente que se alimenta da fragilidade da população, na qual o Estado se omite na garantia dos direitos, repassando toda a responsabilidade para o mercado, que utiliza dessa vulnerabilidade para ganhar proveito, pagando baixos salários aos trabalhadores, explorando a força de trabalho, adensando exclusões e desigualdades, “processo de superexploração do trabalho, que combina mais-valia relativa com absoluta e faz dessa última um elemento básico do processo de acumulação do capital” (KOWARICK,2009, p. 71).

Com toda essa dinâmica, muitas pessoas que se alocavam nas periferias das cidades, esquecidos pelo poder público, que por sua vez, não desenvolve ações interventivas para o enfrentamento dessa realidade com o objetivo de emancipação. O Estado e a sociedade os veem em um circuito de dependência, de modo que os consideram pobres na própria acepção da palavra. Acucados e restritos e sem encontrar outras alternativas, podem passar a ocupar as ruas.

Portando, não existe o “morador de rua”, e sim aqueles que estão e vivem em situação de rua.

Ao se falar em população, entendida neste trabalho como grupo social que sobrevive da rua e a utiliza de forma permanente ou circunstancialmente como moradia, não fica dúvida de que se trata de um segmento social que expressa uma situação de miserabilidade muito grande, ou seja, os recursos de que dispõe não é suficiente nem para sua subsistência (MARINO,2000, p. 4).

Um fator relevante a se considerar é que a população em situação de rua se encontra em uma situação de extrema pobreza, vivendo em meio à sociedade capitalista de compra e venda, em que a pessoa tem seu lugar estigmatizado. Diante da conjuntura de tanta recessão de emprego e pela crise econômica ao qual a população trabalhadora está exposta, algumas pessoas passam a viver em situação de rua.

Em todo caso, de acordo com Silva (2006), no momento contemporâneo, o fenômeno possui características relevantes, relacionadas a um problema de ordem social, econômica e política impactante. Pode-se dizer que tal situação está contemplada pela grande desigualdade social instalada em nosso país, muito embora haja população em situação de rua em muitos outros países, mesmo os mais ricos, até mesmo por ser um fenômeno adensado pelo modo capitalista de produção.

Além de tais dificuldades a situação se agrava quando muitas pessoas também não conseguiram ingressar no mercado de trabalho devido à falta de qualificação profissional e fatores financeiros que podem levar as pessoas a terem problemas de fragilidades de vínculos familiares e comunitários, ficando passível também o uso de drogas e álcool.

A presença de uma pessoa em situação de rua nas praças públicas e logradoures provoca uma situação incômoda para muitos moradores e frequentadores do lugar, pois acreditam que inferiorizam a cidade, sujaram as ruas, atraem violência, resultando na desvalorização imobiliária, outro ponto seria o estranhamento a esses sujeitos, no qual evidenciam as fraturas sociais e as contradições decorrentes da produção capitalista. Assim, viver em situação de rua passa a ser sinônimo de estereótipo e descaso. Na maioria das vezes as pessoas em situação de rua se encontram nessa situação devido a dificuldades que passou no âmbito familiar, profissional ou relações amorosas (MARINO, 2000).

As pessoas encontram-se em situação de rua, muitas vezes, não devido à vontade própria, mas sim por que foram levadas a essa situação. Os indivíduos ou grupos sociais ao qual fazem parte, muitas vezes, se encontram com os salários insuficientes para sustentar a própria família, situação de desemprego, dentre outros fatores que podem causar desgaste emocional e como consequência os deixar em situação de rua.

Segundo Tiene (2000), observa-se em grande parte dos casos de pessoas em situação de rua, histórias relacionadas à perda de laços familiares, relações de trabalho, falta de autoestima e desequilíbrio emocional, levando-as a sérias dificuldades de relacionamento. O abandono pela mãe, pelo pai, pela esposa ou por qualquer outro ente familiar, pode causar uma sensação de fracasso, em que a pessoa, além de viver em situação de rua passa também a ser usuário de droga ou bebidas alcoólicas.

Segundo Iamamoto:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias a sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalho livre, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas políticas e culturais, das classes sociais, mediatizadas por relação de gênero, características étnico-raciais e formações regionais colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e poder estatal (IAMAMOTO, 1997, p.17).

Hoje o fenômeno da dependência de substâncias psicoativas é um assunto presente nas mais variadas áreas do saber, e tem se tornando pauta de diversos debates e agendas tanto do Estado, como do setor privado, instituições religiosas, e sociedade civil. Estes mesmos “se dizem” muito preocupados e, buscando soluções repentinas e “milagrosas” para a situação da complexidade da questão das drogas do nosso país. Porém é importante buscarmos compreender as causas desse fenômeno e as variáveis que interferem na questão. Entende-se que a raiz do problema está na desigualdade social advinda do sistema capitalista, inerente ao seu modo de produção, ou seja, na sociedade dividida por

classes antagônicas baseada na exploração e na propriedade privada.

Assim, se faz necessário compreender que ao tratar da problemática do uso de álcool e drogas, estamos tratando das expressões da questão social e problematizando o próprio modo de produção capitalista.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado, e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto com as grandezas da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplicio de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora, e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista (MARX, 1985, p. 210).

Para Yamamoto (1997), a classe trabalhadora está sujeita ou exposta às diversas conjunturas que o sistema capitalista vai assumindo, e se metamorfoseando com o passar do tempo. Deste modo, a classe operária passa por diversas dificuldades, no que se refere às expressões da questão social.

Conforme Yazbek (2016), importante entender as expressões da questão social como resultantes do processo de desigualdade instalado pelo modo de produção capitalista. Desta forma, não podemos considerar um fenômeno, seja ele qual for, somente sob um prisma ou aspecto. É imprescindível que as expressões da questão social sejam analisadas em sua complexidade.

É preciso abordar o que leva uma pessoa a morar na rua, sendo assim, há uma diversidade de fatores que levam à situação de rua. Geralmente, a população em situação de rua se vê incapaz frente às demandas do mundo, seja pela ruptura do vínculo familiar, por não ter trabalho digno, ser vítima de vários tipos de violência, perder a autoestima, ser usuário de álcool e/ou outras drogas e também por sofrer algum tipo de doença mental.

Para Silva (2006), os principais motivos que levam as pessoas a quererem viver nas ruas, inclusive crianças e adolescentes é a violência sofrida dentro de casa, na maioria das vezes relacionado ao padrasto, madrasta ou alguma outra pessoa que faça parte da família extensa⁴. Assim, a dificuldade de relacionamento e de convívio leva a pessoa começar a procurar a rua como meio de escapar da realidade, podendo entrar em contato com as drogas ficando passível a ser parte da população em situação de rua.

Comumente, com a junção desses fatores, a pessoa que vive em situação de rua não consegue obter uma emancipação, pelo contrário, todos estes motivos acabam

⁴ Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

contribuindo com a promoção e permanência para continuar sobrevivendo nas ruas. Para resistir a esse duro cotidiano, a maioria dessas pessoas buscam várias alternativas, sendo necessário tomarem banho em bicas, torneiras públicas, chafariz, entre outros. Para se alimentarem contam com a solidariedade de terceiros, instituições privadas e organizações não governamentais, e assim precariamente satisfazem suas necessidades básicas de sobrevivência.

A globalização agrava esse fenômeno social

Uma parcela expressiva da população tem sido impactada no Brasil nas últimas décadas em consequências dos desfavoráveis avanços da globalização e da tecnologia. O que pareceu em um primeiro momento como uma conquista, no qual a globalização prometia abertura de mercado, igualdade de oportunidades, sugerindo que todos os indivíduos fariam parte de um mesmo mundo, de uma mesma realidade.

Acreditava-se que todos seriam automaticamente beneficiados com a expansão do mercado, que haveria integração social e cultural, efetivadas através de intercâmbio e de viagens advindas pelo encurtamento de distâncias, mas isso não ocorreu dessa forma, se transformou no que o geógrafo Milton Santos⁵ classificou de “Globalização como perversidade”.

A globalização mostrou o lado contraditório do mercado e especialmente no Brasil, os impactos foram devastadores ainda mais quando a ela se agregou os governos neoliberais, ocasionando privatizações de estatais, o encurtamento do Estado usurpando direitos sociais. “O que estamos vivendo hoje é que o homem deixou de ser o centro do mundo. O centro do mundo agora é o dinheiro” (Milton Santos)⁶.

Diante da ausência de um projeto mais claro no Brasil os impactos da globalização serviram para acentuar as desigualdades sociais, aumentar os níveis de pobreza, de miséria, em que os altos índices de desemprego se naturalizam. Todos esses resultados advindos do capitalismo, que giram em prol exclusivamente do mercado, privilegia uma pequena parcela da sociedade e automaticamente exclui a grande parte dela, que luta com todas as forças pela sobrevivência.

⁵ Milton Almeida Santos, baiano de Brotas de Macaúba, formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1948. Na França fez Doutorado em Geografia na Universidade de Strasburgo. Geógrafo, intelectual, professor e um dos maiores pensadores brasileiros.

Seus estudos inovaram a área da geografia urbana os quais foram fundamentais para uma nova abordagem do assunto. Autor de várias obras, é considerado o maior geógrafo do brasileiro, sendo também conhecido e respeitado em diversos países do mundo.

⁶ Frase dita pelo Geógrafo Milton Santos em uma entrevista em São Paulo em 1995, entre várias outras que foi dita por ele ao longo de sua vida, para relatar as desigualdades sociais decorrentes do embate capitalismo x globalização. Exibida no documentário: O mundo global visto do lado de cá. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em: 04. abr.2019 às 02:27

Essa exclusão social se manifesta de diferentes e complexas maneiras, uma delas é o aumento da população em situação de rua. A existência da população em situação de rua é um fenômeno social, conexas à questão social, que assume novas expressões com particularidades na sociedade contemporânea, especialmente nos grandes centros urbanos.

A invisibilidade da População em Situação de Rua

A invisibilidade social é resultado de um ciclo, causado pela desigualdade e pela segregação social, tem como concretude a falta de respeito e o preconceito que acomete muitos trabalhadores e as pessoas mais humildes, que se tornam invisíveis aos olhos da sociedade capitalista na qual estamos inseridas.

A invisibilidade da população em situação de rua é algo a ser vencido, para isso precisam ser notados. Ao se invisibilizar nega-se também a existência. Permitimos que não sejam reconhecidos como sujeitos de direito, aqueles fundamentais a qualquer pessoa humana, tais como moradia, lazer, trabalho, educação, saúde, ir e vir, entre outros. O que ocorre é a desumanização do sujeito passando a tratá-los como coisas, passíveis de descarte.

A sociedade em geral, só percebe a existência das pessoas que vivem em situação de rua quando as mesmas aproximam-se para pedir algo, isso se dá porque quanto mais distantes do nosso convívio socioeconômico estes sujeitos estão, maior a possibilidade de naturalizarmos a sua invisibilidade.

Marx pontua:

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1852, p.03).

Apesar dessa população construir nas ruas suas próprias histórias, não as constroem como querem, não perante suas próprias escolhas, mas sim sob aquelas condições com as quais se defrontam. Mesmo sendo atores da própria história, só são capazes de agir dentro dos limites que a realidade os impõe.

Assim sendo, se faz necessária uma reflexão profunda e crítica sobre a história, em que irá nos proporcionar a lembrança de que o presente não é vazio, está conectado às mediações sócio-históricas existentes em nossa sociedade.

Tal realidade nos remete a pensar que qualquer que seja a discussão sempre se deve fazer a seguinte indagação: “para quem” interessa determinada questão? Refletindo sobre a invisibilidade da população em situação de rua, a mesma demonstra ter duplo

caráter: objetivo, pois as consequências das ações se materializam; e subjetivo ao indagar a invisibilidade “para quem”?

Arruda (2018, p.66) destaca que “a invisibilidade não está relacionada diretamente com o ser ou não ser visto, mas com o modo como é identificado e reconhecido pelo outro”. A invisibilidade tem ligação direta com a forma em que a sociedade e o poder público enxergam a população em situação de rua, porém o fato de estarem invisíveis aos olhos de uns, não anula sua existência, mas reflete diretamente na criação e efetivação de ações que contemplem essa população na perspectiva de uma melhor qualidade de vida.

Outra situação a ser analisada: a invisibilidade “de quem”, isto porque, se para uns a população em situação de rua é invisível, para eles essa invisibilidade se mostra por parte do poder público, que não consegue criar estratégias com o objetivo de levar para essa população o acesso a necessidades básicas de subsistência, ou simplesmente o acesso a necessidades definidas pela população em situação de rua como prioridades, para que possam minimizar seu sofrimento.

Para Costa (2004), a invisibilidade pública desponta como um fenômeno psicossocial, definido como o desaparecimento de um homem entre outros homens. A invisibilidade resultaria do processo de humilhação social, construído durante séculos, porém determinante no cotidiano dos indivíduos excluídos da sociedade contemporânea.

A desigualdade, a exclusão e a invisibilidade da população em situação de rua são decorrentes dessa sociedade, pois fazem parte da manutenção de um sistema de interesses.

A desigualdade, a humilhação e a invisibilidade pública ainda permanecem como temas recorrentes nessa sociedade, isso porque há interesses em torno da manutenção desse sistema, para tanto se faz necessário ir na contramão, fazendo com que a população em situação de rua se torne visível aos olhos da sociedade, que obtenham reconhecimento humano, sendo necessário desnaturalizar a condição inexistente desses sujeitos.

A combinação de fatores internos e externos levam essas pessoas a esta situação, mas tirá-las da rua não irá resolver todas as questões. Contudo, não podemos ficar cegos diante dessa realidade tão presente no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A População em Situação de Rua é mais uma das múltiplas expressões da questão social oriunda do sistema capitalista, que em um processo descompassado, no qual ao mesmo tempo em que produz riquezas acentua a pobreza, deixando assim, grande parte da sociedade excluída e sem acesso a direitos e a políticas públicas.

Outro ponto que merece grande destaque diz respeito aos efeitos contraditórios causados pelo processo de globalização, em que de um lado temos um seleto grupo de pessoas que usufruem das tecnologias e de outros avanços do chamado mundo globalizado e, no entanto, o processo “globalizador” não proporciona oportunidades a todos; os direitos são negligenciados e há ampliação das desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Conclui-se então que o fenômeno População em Situação de Rua está longe de ser solucionado. O Brasil vivencia hoje um avanço do neoliberalismo provocando assim, uma série de medidas que proporcionam a desresponsabilização do Estado junto aos grupos menos favorecidos aos quais encontra-se a população em situação de rua.

Logo, se faz necessário qualificar a agenda social de modo a tentar valorizar as políticas públicas que possibilite visibilizar este segmento da população, contribuindo para que possa conseguir romper com as práticas enraizadas pelo atual sistema econômico e político que viola direitos.

Podendo assim afirmar que o adensamento da População em Situação de Rua, bem como a nova roupagem das pessoas que utilizam as ruas como moradia, mudou nos últimos anos, reflexo da exclusão socioeconômica, cultural e política, que acomete uma parcela expressiva da população que não se enquadra nesta estrutura vigente, fruto do sistema capitalista excludente e com reflexos da globalização, que em sua ascensão, traz junto dela a desigualdade gritante na sociedade contemporânea.

É preciso olhar para a população em situação de rua como sujeitos de direitos, independentemente da posição socioeconômica ocupada por eles. Embora essa não seja uma tarefa simples, é urgente e necessário que os(as) Assistentes Sociais, como profissionais que buscam a defesa intransigente dos direitos humanos, contribuam no processo de defesa, acesso e ampliação dos direitos à população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, D.P. **Espelho dos invisíveis**: a arte no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa / Daniel Péricles Arruda. São Paulo: Expressão & Arte, 2018

BRASIL. Previdência da República. **Decreto nº7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em 03.abr.2019 às 00:11

COSTA; F. B. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004.

DANTAS, Natalia da Silva. **A População em Situação de Rua e a Política Social no Brasil**. 2012. 71p. Trabalho de Conclusão de curso (serviço social) -, Universidade Federal

de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104186/TCC%20Natalia%20Dantas.pdf?sequence=1&Allowed=y%3E>. Acesso em: 02.abr.2019 às 22:58

DINIZ, R.A. Território, Sociabilidade e Territorialidades. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2012

FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. **Vidas privadas em espaço público**: os moradores de rua em Belo Horizonte. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 90. ano XXVII, junho, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil / Lúcio Kowarick; fotografias de Antonio Saggese.- São Paulo: Ed. 34, 2009. 320 p.

MARINO, S. M. **'Moradores de rua'**: Uma caracterização dessa população no município de Franca/SP. Franca: UNESP, 2000.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. V. 2. P. 830-1

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro Tomo 2. Trad. Regis Barbosa & Flávio R. Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. **População em situação de rua**: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Temporalis, Brasília DF, ano 11, n. 22, p. 191-215, jul/dez. 2011.

RODRIGUES, M. M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica) O 18 de Brumário de Louis Bonaparte Karl Marx. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>. Acesso em 01.abr.2019 às 10:57

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em situação de Rua**. Brasília: Cortez, 2006.

TIENE, I. **Mulher moradora de Rua**: Espaços e vivências: um estudo exploratório sobre as moradoras de rua de Campinas. PUC: São Paulo: 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social**. Argumentum, Vitória, v. 8, n. 1, p. 6-13, jan.abr. 2016.